



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES  
FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES  
PATY PREVI

---

**ATO DE BENEFÍCIO Nº 057/2025 – GP**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES**, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta nos Processos nº 7445/2018 (TCE/RJ nº 237282-9/2021), nº 8275/2022 (TCE/RJ nº 210006-4/2023) e nº 398/2025,

**CONSIDERANDO** a sentença proferida no Processo TJRJ nº 0000161-90.2017.8.19.0072, que determinou ao Município de Paty do Alferes a obrigação de fazer consistente em corrigir o enquadramento atual dos servidores públicos municipais, realizando a progressão a cada três anos de efetivo exercício, computando-se, inclusive, o período de estágio probatório, dispensada a realização de avaliação periódica de desempenho que não tenha sido feita pelo Município no período correto, obedecido o caráter estritamente objetivo da antiguidade e a existência de vagas na carreira e disponibilidade financeira;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 9014 de 16/12/2024, que aprova o Ato Coletivo de Enquadramento dos Servidores Públicos Municipais, na forma da Lei Municipal nº 1520 de 23/09/2008, elaborado com base na apuração do tempo de serviço, constante dos assentamentos funcionais, na forma que dispões a Lei Municipal nº 1519 de 19/09/2008, considerando a data de aposentadoria como encerramento da apuração;

**CONSIDERANDO** que o servidor se aposentou em 01/11/2018, no cargo de Advogado II “G”, conforme Ato de Benefício nº 027/2018 – GP de 24/10/2018, este retificado pelo Ato de Benefício nº 006/2023 – GP de 14/02/2023;

**CONSIDERANDO** que o servidor foi enquadrado no cargo de Advogado II “H”, conforme disposto no Anexo II do Decreto Municipal nº 9014 de 16/12/2024;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a revisão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor **MARCELO BASBUS MOURÃO**, efetivo no cargo de Advogado II “H”, matrícula nº 546/01, lotado na Consultoria Jurídica, tendo por fundamento o disposto no Art. 3º da EC nº 47/2005; Art. 7º da EC nº 41/2003; Arts. 36, I, “c”, 61 da Lei Municipal nº 1884/2012, ou seja, com proventos integrais e com paridade, conforme discriminado a seguir:

<b>PARCELA</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Vencimento Base	Arts. 1º e 2º da Lei Municipal nº 2402 de 02/04/2018. Art. 1º, Anexo II do Decreto Municipal nº 5225 de 11/04/2018.	3.900,75
Triênio (27%)	Art. 113, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 1519 de 19/09/2008.	1.053,20
Incorporação	Art. 115 da Lei Municipal nº 1519 de 19/09/2008.	1.726,36
<b>VALOR DOS PROVENTOS</b>		<b>6.680,31</b>

Art. 2º - Este Ato de Benefício entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2018.

Paty do Alferes, 04 de novembro de 2025.

**JULIO AVELINO OLIVEIRA DE MOURA JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**